



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

UMA REFLEXÃO ACERCA DO 'INSIGHT FUNDADOR' DO FIABILISMO

ALESSIO GAVA¹

Resumo: O fiabilismo é uma teoria epistemológica sobre a justificação que defende a possibilidade de uma crença estar justificada apenas com base na fiabilidade do mecanismo de produção da mesma. A afirmação segundo a qual, em alguns casos, crenças verdadeiras podem constituir conhecimento mesmo sem (aparentemente) satisfazer a condição de justificação na definição clássica de conhecimento como crença verdadeira justificada, constitui, segundo Robert Brandom, o *Founding Insight* das epistemologias fiabilistas. Ainda assim, conforme será mostrado neste artigo, isso não leva a uma mudança no foco da epistemologia, das razões para a fiabilidade. Ademais, o fato de crenças verdadeiras poderem, em alguns casos, constituir conhecimento mesmo sem respeitar a (maneira clássica de interpretar a) condição de justificação, não está em conflito com a capacidade de fornecer razões por tê-las. Com efeito, é possível, segundo Brandom, identificar razões para a posse de uma determinada crença que o sujeito pode até não perceber ou avaliar, como é o caso da fiabilidade do processo que o levou a tê-la. Mudar o foco da justificação do sujeito para a crença – como os externalistas parecem sugerir – parece, ainda, confirmar a

1. Universidade Estadual do Paraná (UNESPR) – campus Apucarana. Email: alessiogava@yahoo.it.

afirmação de Kent Bach segundo a qual o aparente conflito entre internalismo e externalismo talvez não haja motivo de existir. Ainda assim, à primeira vista, as duas posições antagônicas vêm se aproximando ao longo do tempo. No presente trabalho será vislumbrada a possibilidade de uma aproximação ainda maior.

Palavras-chave: externalismo, fiabilismo, *Founding Insight*, internalismo, justificação.

A REFLECTION ABOUT THE 'FOUNDING INSIGHT' OF RELIABILISM

Abstract: Reliabilism is an epistemological theory about justification, which defends the possibility that a belief be justified merely because of the reliability of its mechanism of production. The claim that, in some cases, true beliefs can be classified as knowledge, despite (apparently) not satisfying the condition of justification in the classical definition of knowledge as justified true belief, constitute, according to Robert Brandom, the *Founding Insight* of reliabilist epistemologies. Still, as it will be shown in this article, this does not lead to a change in the object of epistemology, from reasons to reliability. Moreover, the fact that true beliefs can, in some cases, be classified as knowledge, despite not satisfying the (classical interpretation of the) condition of justification, is in no conflict with the capacity of providing reasons for having them. As a matter of fact, according to Brandom, it is possible to identify reasons for having a certain belief even when the subject is in no condition to provide them, as in the case of the reliability of the process that led to it. Changing the focus of justification from the subject to the belief – as the externalists seem to suggest – seems also to confirm Kent Bach's claim that the apparent conflict between internalism and externalism perhaps has no reason to exist. Still, at first sight, the two competing positions are actually getting closer over the years. In this work, the possibility of an even closer convergence will be discussed.

Keywords: externalism, internalism, justification, *Founding Insight*, reliabilism.

INTRODUÇÃO: O FIABILISMO

O *fiabilismo* (ou 'confiabilismo') é uma teoria sobre a justificação, portanto epistemológica, pois surgiu – conforme explica Kent Bach (cf. 1985) – com o intento

de solucionar o ‘problema de Gettier’,² ao substituir a condição de justificação na definição clássica de conhecimento como crença verdadeira justificada (que remonta ao *Teeteto* de Platão e continua sendo referência da epistemologia contemporânea). Segundo Robert Brandom (cf. 2000), justificar uma crença não significa necessariamente ser capaz de fornecer razões por tê-la: em casos particulares, isolados, uma crença pode estar justificada ‘simplesmente’ porque o processo que a produziu é fiável nas circunstâncias em que esse se desenvolveu, mesmo que o sujeito não consiga explicar os motivos do próprio acreditar.

Neste artigo explicitar-se-á o chamado *Founding Insight* das epistemologias fiabilistas, ou seja, aquelas que enfatizam a fiabilidade dos processos de formação das crenças e a consideram uma possível fonte de justificação das mesmas. Na parte final deste estudo, vislumbraremos também uma talvez praticável compatibilização do fiabilismo, que é uma vertente externalista, com o internalismo.

O ‘FOUNDING INSIGHT’ DO FIABILISMO

Segundo Brandom, casos nos quais o sujeito seja capaz de prever a verdade de uma crença, mas não de explicar os motivos que o levam a detê-la, ou quando as razões oferecidas constituem argumentos tão fracos que não é possível atribuir fiabilidade à inferência, são exemplos de situações nas quais seria igualmente possível a atribuição de conhecimento. Com efeito, não é só através da prática de fornecer razões que uma crença pode ser verdadeira sem sê-lo acidentalmente. A fiabilidade do processo de formação, ou seja, o fato de o processo ter propensão a levar o sujeito a uma crença verdadeira, constitui, em certas situações (cf. Brandom 2000, 98-99, entre outros), a própria justificação.

Por exemplo: Jean-Pierre gosta de vinho e os amigos dele o consideram um verdadeiro entendedor. Particularmente, ele consegue, ao experimentá-lo, dizer se o vinho é francês ou não. Não sabe, todavia, explicar o que o leva a acertar quase sempre e toda vez prefere, para ter certeza, conferir o rótulo – tanto que, apesar da insistência dos amigos, nunca aceitou apostar. Ainda assim, esses acham que Jean-Pierre é um ‘detector confiável’ de vinhos franceses e julgam que, até antes de olhar para o rótulo, ele de fato *sabe* se o vinho que experimentou é de origem francesa ou não. “Se essa for a coisa correta a ser dita em casos como esse, então atribuições de conhecimento podem ser suportadas pela fiabilidade do sujeito que acredita, até

2. Em 1963, em seu célebre artigo “Is Justified True Belief Knowledge?”, Edmund Gettier apresentou contraexemplos à clássica ‘análise tripartida’ de conhecimento, ou seja, casos nos quais, apesar de a definição tradicional estar satisfeita, ainda assim não seria correto atribuir conhecimento ao sujeito. Desse modo, Gettier mostrou que as condições da definição ‘padrão’ são sim necessárias, mas não suficientes para a atribuição de conhecimento.

quando esse não está em condições de oferecer *razões* pela crença” (Brandom 2000, 99, tradução nossa).

A fiabilidade do mecanismo de produção da crença, ademais, pode constituir um argumento justificatório, portanto uma maneira de fornecer razões - em outras palavras, uma inferência -, e desse modo ser aceita até pelo internalismo justificacional.³ Mas em casos de ‘crenças irresponsáveis’, como os internalistas as classificariam, a saber, quando o sujeito não reconhece a fiabilidade do processo que o levou à crença e apesar disso a detém, esse não está em condição de oferecer razões pelo próprio acreditar; igualmente – segundo Brandom – tal crença pode constituir conhecimento. A afirmação segundo a qual em alguns casos crenças verdadeiras podem constituir conhecimento sem (aparentemente) satisfazer a condição de justificação, ou seja, quando o sujeito não se encontra na possibilidade de apresentar justificativas adequadas, é o que Brandom chama de *Founding Insight* das epistemologias fiabilistas.⁴

Poder-se-ia pensar, portanto, que o *insight* fundador do fiabilismo leve a considerar que o objeto de estudo da epistemologia seja constituído por crenças produzidas por processos fiáveis, até quando o sujeito não está em condição de oferecer razões, e que, desse modo, a prática de fornecer razões constitua apenas um processo (potencialmente) fiável entre outros candidatos a essa qualificação.

3. Um útil ‘guia grosseiro’ da distinção entre *internalismo* e *externalismo* em epistemologia (com foco na justificação das crenças; estamos portanto tratando de teorias da crença justificada e não de teorias do conhecimento) é o seguinte: “Em suas características gerais, as teorias internalistas asseveram ou têm por certo que uma crença não pode ser justificada por um sujeito epistêmico S, a menos que S tenha acesso ao que proporciona a justificação, seja de fato ou em princípio. Essas teorias implicam, em geral, a exigência mais forte ‘de fato’, pois a justificativa da crença de S em *p* é procurada em termos de S possuir razões para considerar *p* verdadeiro, onde *possuir razões* deve ser entendido num sentido ocorrente. (...) Externalismo é a concepção segundo a qual o que justifica S na crença de *p* talvez não seja algo a que S tem acesso cognitivo. Talvez os fatos no mundo sejam como S acredita que sejam e realmente o levem a acreditar que são assim pelo estímulo adequado de seus receptores sensoriais. S não precisa estar ciente de que é desse modo que sua crença se formou. Assim, S poderia estar justificado em crer em *p* sem saber disso” (Grayling 2002, 44-45). O (con) fiabilismo, evidentemente, é uma vertente epistemológica *externalista* (cf. Brandom 2000, 99).

4. Vale aqui dizer que, se é possível atribuir a uma breve nota de 1929 de [Frank Plumpton Ramsey](#) a primeira formulação de um relato fiabilista do conhecimento, a primeira abordagem fiabilista à *justificação*, onde o foco é no fiabilismo do(s) processo(s) de produção das crenças, foi proposta por Alvin Goldman em 1979, no seminal artigo “What Is Justified Belief?”. Segundo Goldman, os célebres contraexemplos de Gettier tornam evidente a necessidade de uma ligação entre aquilo que justifica uma crença e aquilo que a torna verdadeira. Após tentar responder ao ‘problema de Gettier’, inicialmente, por meio de uma teoria causal do conhecimento (cf. 1967), Goldman passou a uma proposta fiabilista (cf. 1976 e, particularmente, 1979). Nela, defende que a justificação deve ser buscada na gênese da crença, mas não é necessário que o sujeito a conheça: a atenção é deslocada do sujeito para o(s) processo(s) de produção da crença, avaliado(s) em situações contrafactuais relevantes. Em breve, como foi visto, uma crença verdadeira se qualifica como conhecimento se for causada por um processo fiável, ou seja, que tem propensão a produzir crenças verdadeiras. Dito isso, é mister acrescentar que, segundo alguns autores, Brandom limita-se apenas a reproduzir as alegações centrais de Goldman.

Segundo o próprio Brandom, todavia, os casos de ‘crenças irresponsáveis’ que podem qualificar-se como conhecimento são isolados, excepcionais, e constituem um fenômeno bem localizado. Por conseguinte, não é lícito ceder à tentação de mudar o foco da epistemologia, das razões para a fiabilidade.

Práticas de formação de crenças, como aquelas que levam à formulação do *insight* fundador, pois, não podem constituir um conjunto autônomo, diferentemente das práticas de fornecer razões (seja por meio de inferências seja através do apelo à própria fiabilidade). Em uma hipotética comunidade na qual ninguém fosse capaz de apresentar razões, por exemplo, nem o próprio conceito de fiabilidade poderia existir. Consequentemente, não haveria conhecimento nela; seria apenas uma comunidade de instrumentos (fiáveis). Ademais, as respostas (fiáveis) obtidas em tal comunidade não poderiam fazer parte de uma rede inferencial articulada, o que tornaria impossível até qualificá-las como crenças.

Com efeito, a atribuição de conhecimento a um sujeito corresponde, primeiramente, à atribuição de uma crença ao mesmo e, para ter o ‘direito’ a ser o detentor dela, o sujeito precisa ser capaz de fornecer razões - até mesmo para o fiabilismo, obviamente. Mas se, ao que parece, segundo os internalistas não existem outras possibilidades de justificação, na perspectiva fiabilista admite-se a alternativa de tal ‘direito’ poder estar baseado na fiabilidade do processo que levou à atribuição da crença, caso o sujeito não seja capaz de fornecer razões. Ainda assim, a crença e a justificação fazem parte de uma rede inferencial articulada - a crença sendo a conclusão ou a premissa de uma inferência - e com isso Brandom exclui a possibilidade que uma resposta de um instrumento (fiável) possa ser considerada uma crença. A fiabilidade é subordinada às práticas de fornecer razões.

Conforme explica Brandom, a atribuição de conhecimento é um processo externo ao sujeito, portanto a condição internalista de ser capaz de dar razões não é a única possível para poder considerar um sujeito justificado em ter uma determinada crença; em alguns casos, o sujeito pode estar justificado pelo fato de a crença verdadeira ser o resultado de um processo fiável (sem que o detentor da crença consiga explicar os motivos).

O aparente conflito - determinado pelo fato de crenças verdadeiras poderem, em alguns casos, constituir conhecimento mesmo sem respeitar a condição de justificação - aparece ao interpretar a condição de justificação, no terceiro item da definição clássica de conhecimento, à maneira internalista, como capacidade de fornecer razões *por parte do sujeito* - e Brandom chama justamente o internalismo justificacional de *classical JTB epistemology*.⁵ Por outro lado, uma interpretação

5. Na definição tradicional (tripartida) considera-se que um sujeito tem conhecimento se está justificado em acreditar em algo (verdadeiro). A epistemologia ‘clássica’ - como a define Brandom (cf. 2000, 97) - compreendeu essa condição como capacidade por parte do sujeito de fornecer razões pelo próprio acreditar. Leva-se em conta, segundo essa interpretação, o ponto de vista da

mais ampla, que leve em conta, como acabou de ser dito, o fato de a atribuição de conhecimento ser externa ao sujeito, permite identificar razões para a posse de uma determinada crença que o sujeito pode até não perceber ou avaliar, como justamente é o caso da fiabilidade do processo que o levou a tê-la.

Interpretando o fiabilismo no âmbito social do dar e pedir razões, como nos convida a fazer Brandom, lembrando que é nesse contexto que surgiu a pergunta sobre quem é que tem conhecimento, há um deslocamento da exigência de fornecer razões para a justificação, do detentor da crença para a pessoa que faz essa atribuição. Com isso o conflito deixa de ser tal e Brandom pode considerar a própria afirmação como o '*Insight Fundador*' do fiabilismo.

Já Bach, no artigo "A rationale for reliabilism" (1985), tinha proposto distinguir entre crenças justificadas e sujeitos justificados, que permitiria, segundo ele, manter 'o que há de bom' nas duas visões – a internalista e a externalista – da justificação. Para crenças 'elaboradas', baseadas em outras crenças, a exigência internalista de ser capaz de fornecer razões para estar justificado em acreditar em algo parece razoável; já para crenças 'básicas', não baseadas em outras crenças, a fiabilidade dos processos que as produziram as qualificaria como justificadas, sem que o sujeito tenha que apresentar razões: a atribuição de fiabilidade pode ser externa a esse.

Mais uma vez, o que parece estar por trás daquilo que chamamos de 'aparente conflito' é a disputa entre internalismo e externalismo e se já no artigo de Bach podia ser vislumbrada a idéia de que eles podem complementar-se sem entrar em desacordo - cada um com a própria noção de justificação (ocupando-se o primeiro de crenças 'não básicas' e o segundo de crenças básicas) -, interpretando a fiabilidade do processo como argumento justificatório, ou seja como um tipo peculiar de inferência, a complementação pode ir além. Brandom afirma que o apelo à fiabilidade pode constituir uma maneira de apresentar razões aceitável pelo internalismo justificacional, ao oferecer justificativas inferenciais de crenças produzidas não-inferencialmente; isso levaria o internalismo a ocupar-se também de crenças básicas, até o limite das 'crenças irresponsáveis'.

Mas o externalismo poderia abraçar um conjunto de casos maior ainda: das crenças básicas *tout court*, através da avaliação da fiabilidade dos mecanismos que as produziram, até aquelas assentadas em outras crenças, cuja atribuição de justificação poderia ser baseada nas razões apresentadas pelo detentor delas. Tal 'outorga', obviamente, não conflita com a perspectiva externalista.

primeira pessoa. O internalismo é justamente a posição que mais parece estar em continuidade com a epistemologia tradicional, ao requerer – conforme explica Laurence Bonjour (cf. 2002) – que todos os elementos para que uma crença esteja justificada sejam cognitivamente acessíveis ao sujeito. Já, para o externalismo, alguns desses elementos podem ser externos à perspectiva cognitiva do sujeito.

Ademais, se a atribuição de conhecimento é externa ao sujeito, podem ser avaliadas informações adicionais, referentes ao contexto em que esse chegou a formar uma determinada crença, e evitar, em casos como os clássicos propostos por Alvin Goldman, confundir crenças justificadas com sujeitos justificados.

Em “Discrimination and Perceptual Knowledge” (1976), Goldman propôs um famoso contraexemplo à definição clássica de conhecimento. Ao passear por uma certa região, um sujeito se depara com uma grande quantidade de imitações de celeiros. Tais imitações são, pelo menos aos olhos dessa pessoa, indistinguíveis de celeiros reais. Acontece que, no meio das imitações, encontra-se um (único) celeiro real. Ao olhar para ele, o sujeito adquire a crença de que está na frente um celeiro (real). Nosso herói tem portanto uma crença verdadeira (pois o edifício é de fato um celeiro) e justificada (pela evidência visual). Ainda assim, atribuir conhecimento ao sujeito nessas circunstâncias parece problemático (e errado).⁶

Apesar de não propor uma distinção à *la* Bach entre crenças justificadas (ou não) e sujeitos justificados, Brandom afirma que o exemplo dos celeiros proposto por Goldman mostra que “o internalismo epistemológico justificacional clássico é inadequado” (Brandom 2000, 114, tradução nossa). Para o internalismo, com efeito, na situação imaginada por Goldman o sujeito parece estar justificado em relação à própria crença. Já para o fiabilismo tal crença não é o resultado de um mecanismo fiável e não está justificada.⁷ Além de correto, mais uma vez Brandom parece estar em continuidade com Bach, o qual afirma que (em alguns casos) até mesmo práticas epistemicamente responsáveis podem levar a crenças não resultantes de processos fiáveis.⁸

No terceiro item da definição clássica de conhecimento fala-se da necessidade de o sujeito estar justificado em acreditar em algo e isso parece explicar porque o internalismo justificacional constitui, como diz Brandom, uma epistemologia clássica. Mudar o foco da justificação do sujeito para a crença – como os externalistas parecem sugerir, após ter mostrando que são

6. As considerações que podem (e foram) tecidas a propósito desse célebre argumento são muitas. Todavia, empreender uma discussão acerca do mesmo nos levaria a abandonar o foco deste trabalho, portanto o exemplo de Goldman não será problematizado.

7. Na verdade a situação é um pouco mais complexa e o fato de a crença estar ou não justificada depende da ‘classe de referência’; mas, conforme afirmado na nota anterior, discutir isso em detalhes está fora do escopo do presente trabalho.

8. Já BonJour critica o externalismo na sua versão fiabilista pelo fato de não exigir responsabilidade epistêmica do sujeito para que uma determinada crença desse possa ser justificada. BonJour faz um paralelo com a ética, afirmando que a situação seria a mesma de uma pessoa que esteja agindo moralmente, sem porém ter noção da maneira em que está se comportando. Assim como nesse caso parece inadequado qualificar como moral a ação dessa pessoa, da mesma maneira, focar apenas na fiabilidade do mecanismo de produção da crença, isoladamente da prática de apresentar razões, torna difícil a justificação e a qualificação dessa como conhecimento (cf. BonJour 2002).

coisas diferentes – parece, contudo, de um lado levar à necessidade de uma reformulação da definição clássica, mas do outro confirmar a afirmação de Bach segundo a qual internalismo e externalismo falam, na verdade, de coisas diferentes. O conflito entre os dois lados, à luz dessas considerações, talvez não haja motivo de existir.

INTERNALISMO E EXTERNALISMO PODEM CONVERGIR?

"In medio stat virtus", diziam os antigos, e é bem provável que a ênfase platônica no diálogo como forma de se chegar à verdade tenha a ver com a ideia, que perpassa todas as épocas, de que essa geralmente se encontra em algum lugar entre posições adversas. Parece possível afirmar que o método dialético-dialógico é próprio da filosofia, até nos dias de hoje, e isso fica evidente em vários ramos dessa disciplina. Na filosofia da ciência contemporânea, por exemplo, o debate parece girar em torno da disputa entre as posições conhecidas como *realismo* e *antirrealismo* e é inegável que, com o decorrer do tempo, as posições tenham sido 'limadas', removendo os 'excessos', e se aproximado.

Do mesmo modo, em epistemologia, surgiram nos últimos anos vertentes tanto externalistas quanto internalistas que parecem ter 'feito concessões' à posição adversa. É o caso, por exemplo, da proposta fiabilista de Ernest Sosa (cf. 2000), que leva em conta inclusive o ponto de vista do sujeito e pode constituir uma resposta externalista às críticas dos internalistas e à exigência de reconhecer o papel normativo de conceitos epistêmicos quais o conhecimento.

Do lado internalista, existe uma proposta de Earl Conee e Richard Feldman (cf. 2001), que parece vir ao encontro de uma crítica contundente dos externalistas: a demanda (internalista) de que tudo que sabemos decorra de um raciocínio consciente é pouco plausível, pois levaria a reduzir de modo artificial e inaceitável o número de casos nos quais a atribuição de conhecimento parece adequada. Excluir-se-iam, isto é, desse modo, muitas situações nas quais parece natural atribuir conhecimento ao sujeito. Segundo a proposta dos dois autores, que eles chamam de 'mentalismo', uma crença seria sim justificada com base interna à atividade mental do sujeito, conforme é esperado de uma posição internalista, mas os fatores relevantes para a justificação são internos apenas no sentido de que se trata de estados mentais do sujeito. Assim, aquilo que justifica uma crença não necessariamente é um conjunto de crenças justificadas - e nem sequer precisam ser crenças. Trata-se de uma vertente que compartilha com o externalismo a ideia segundo a qual a ser justificada é a

crença (eventualmente até através de um processo involuntário) e não o sujeito e, por isso, menos distante da posição adversa que outras.

Ora, conforme foi visto, Brandom frisa o fato de as crenças e a atribuição de conhecimento fazerem parte de uma rede inferencial articulada. Isso significa que tais conferições podem depender de considerações tecidas por outrem, conforme defende o reliabilismo, quando o sujeito está incapacitado a fornecer razões pelas crenças que formou. Ainda assim, Brandom salienta, justamente, que as atribuições de fiabilidade (e, por conseguinte, de conhecimento) não são externas ao âmbito social do dar e pedir razões (cf. 2000, 120). O externalismo, em outras palavras, pode até admitir a possibilidade de se lançar mão de ‘recursos’ externos ao ‘candidato conhecedor’, mas esses não deixam de ser *internos* àquilo que, mutuando uma locução bastante utilizada por Bas van Fraassen, poderíamos chamar de ‘comunidade epistêmica’.

Uma proposta internalista como aquela de Conee e Feldman, que reconhecesse a plausibilidade dessa observação de Brandom e quisesse tentar conciliar as duas posições, poderia talvez admitir que um sujeito que tenha adquirido uma crença pela qual não consegue fornecer justificações (mas que o levou a ter um estado mental que antes não tinha) é todavia um ‘potencial detentor’ de razões por tê-la – e assim, caso algum outro membro da comunidade epistêmica consiga fornecer razões por tal crença, estar justificado.⁹ Isso decorre do fato de esse fazer parte do âmbito social no qual é comum pedir e fornecer – e portanto trocar – razões. Sendo assim, nada impede que ele possa vir a ter bons motivos para o próprio acreditar, por exemplo depois que alguém lhe fez notar que o processo que o levou à crença em questão tem a propensão a levá-lo a crenças verdadeiras. É o caso do nosso amigo Jean-Pierre, o qual poderia, depois de tanto escutar seus amigos, convencer-se do

9. Em filosofia da ciência, observação e observabilidade constituem um tema crucial, até graças aos trabalhos de van Fraassen das últimas quatro décadas. A esse propósito, o filósofo holandês leva em conta, como observações, apenas aquelas realizadas por seres humanos. É possível dizer, isto é, que para ele *observar* coincide (ou tem início) com o segundo nível de *ver* (observação como registro mas ‘com consciência’ do evento, o que pressupõe a posse de uma mente) identificado recentemente por Filip Buekens e F. A. Muller no artigo “Intentionality Versus Constructive Empiricism” (2012); mas que, diferentemente desses autores, considera que isso somente pode ser realizado por um ser humano – porque “observadores são acreditadores em potência”, conforme relata William Seager (Seager 1988, 181, tradução nossa). Com efeito, escreve van Fraassen, “[n]o momento, consideramos a espécie humana como a comunidade epistêmica à qual pertencemos” (van Fraassen 2007, 44). O conceito de ‘acreditadores em potência’ (*potencial believers*) de Seager, ademais, parece ‘feito sob medida’ para a ideia de versão (‘ultraliberal’?) de internalismo que acabou se ser exposta. A preocupação de Seager, inclusive, é exatamente a mesma de Brandom: evitar que as detecções de instrumentos fiáveis possam ser consideradas observações (e, por conseguinte, crenças) (cf. Seager 1988, 181). Ora, ainda segundo van Fraassen, é suficiente que pelo menos um membro da comunidade epistêmica tenha observado (ou seja capaz de observar) algo, para que tal fenômeno seja considerado observável para a comunidade como um todo. Na comunidade epistêmica, isto é, vale o lema “Observabilidade para um é observabilidade para todos”, cunhado por Warren Bourgeois em 1987 (cf. Bourgeois 1987, 307). Por que não deveria valer também o lema “Justificação para um é justificação para todos”?

talento que tem em reconhecer vinhos franceses e começar a utilizar sua habilidade como argumento justificatório para suas crenças acerca de vinhos.

Em alternativa, poder-se-ia insistir na necessidade de a crença – e não o sujeito – estar justificada, o que deveria permitir contemplar a possibilidade de a mesma ser formada por um membro da comunidade epistêmica e justificada por outro. Trataria-se, em outras palavras, da mesma ideia, mas apresentada com motivações (levemente) diferentes.

Poder-se-ia rebater que essa ideia não é porém compatível com o internalismo, mas se for correto aquilo que Anthony Clifford Grayling escreve, “as teorias internalistas asseveram ou têm por certo que uma crença não pode ser justificada por um sujeito epistêmico *S*, a menos que *S* tenha acesso ao que proporciona a justificação, seja de fato ou *em princípio*” (Grayling 2002, 44, ênfase nossa), então parece possível responder que, no interior da comunidade epistêmica, qualquer sujeito é um *potencial believer*, como diria Seager, o que significa que até mesmo em caso de ‘crenças irresponsáveis’ tal sujeito pode ter acesso ao que proporciona a justificação, mesmo que apenas em princípio. É verdade que, ainda nas palavras de Grayling, as teorias internalistas implicam, em geral, “a exigência mais forte ‘de fato’, pois a justificativa da crença de *S* em *p* é procurada em termos de *S* possuir razões para considerar *p* verdadeiro, onde *possuir razões* deve ser entendido num sentido ocorrente” (*ibid.*), mas admitir a possibilidade de a posse de razões ser entendida em um sentido diacrônico parece igualmente compatível com uma orientação internalista.

Enfim, mesmo que, quando se fala de conhecimento segundo a perspectiva tradicional, permaneça uma diferença entre internalismo e externalismo sobre o que é que está (ou deve estar) justificado - o sujeito, segundo os internalistas, ou a crença em si, segundo os externalistas -, não parece irrealizável uma aproximação das duas posições, talvez na direção da verdade platônica.

REFERÊNCIAS

- BACH, Kent. A Rationale for Reliabilism. *The Monist*, s.l., v. 68, n. 2, p. 246-263, 1985.
- BONJOUR, Laurence. *Epistemology: Classic Problems and Contemporary Responses*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- BOURGEOIS, Warren. Discussion: on rejecting Foss’s image of Van Fraassen. *Philosophy of Science*, s.l., v. 54, n. 2, p. 303-308, jun. 1987.
- BRANDON, Robert. *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

BUEKENS, Filip; MULLER, F. A. Intentionality Versus Constructive Empiricism. *Erkenntnis*, s.l., n. 76, p. 91-100, 2012.

CONNOR, Earl; FELDMAN, Richard. Internalism Defended. *American Philosophical Quarterly*, s.l., v. 38, n. 1, p. 1-18, jan. 2001.

FRAASSEN, Bas C. van. *A Imagem Científica*. Trad. de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP / Discurso Editorial, 2007.

GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, s.l., v. 23, n. 6, p. 121-123, 1963.

GOLDMAN, Alvin. A causal theory of knowing. *Journal of Philosophy*, s.l., v. 64, n. 12, p. 357-372, 1967.

_____. Discrimination and perceptual knowledge. *Journal of Philosophy*, s.l., v. 73, p. 771-791, nov. 1976.

_____. What is Justified Belief? In: PAPPAS, G. (ed.), *Justification and Knowledge*. Boston, MA: D. Riedel, 1979, p. 1-25.

_____. *Epistemology and Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

GRAYLING, Antony C. 2002. Epistemologia. In: N. BUNNIN; E.P. JAMES (eds.), *Compêndio de Filosofia*. São Paulo, Loyola, p. 39-63.

RAMSEY, Frank P. (1929). Knowledge. In: MELLOR, D.H. (ed.), *Foundations*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978, p. 126-127.

SEAGER, William. Scientific Anti-Realism and the Epistemic Community. *PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association, Vol. 1988, Volume One: Contributed Papers*, s.l., p. 181-187, 1988.

SIECZKOWSKI, João Batista C. Conhecimento e Justificação a origem de debate entre internalismo vs externalismo. *Filosofia Unisinos*, s.l., v. 9, p. 228-242, 2008.

SOSA, Ernest. Reliabilism and Intellectual Virtue. In: AXTELL, G. (ed.), *Knowledge, Belief, and Character: Readings in Virtue Epistemology*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2000, p. 33-40.

WEDGWOOD, Ralph. Internalism Explained. *Philosophy and Phenomenological Research*, s.l., v. 65, n. 2, p. 349-369, set. 2002.